

Persepectiva de implementação à prática de auditoria: um estudo de caso em 21 empresas da província do uíge

Perspectives on the implementation of auditing practices: a case study of 21 companies in uíge province

Makiese Kindandi – Universidade Kimpa Vita

Nkanga Pedro – Universidade Kimpa Vita

Nzau Lukoki Arsene – Universidade Kimpa Vita

Lutonadio Mavakala – Universidade Kimpa Vita

RESUMO

O presente artigo analisa a ausência da prática de auditoria em 21 empresas da província do Uíge, Angola, destacando os desafios e as possibilidades da sua implementação. Em um contexto marcado por crescentes exigências de transparência e responsabilização na gestão comercial, a auditoria surge como uma ferramenta essencial para garantir a fiabilidade de informação financeira, prevenir fraudes e fortalecer os sistemas de controlo interno. Com uma abordagem quanti-qualitativa, foram aplicados questionários estruturados a gestores e responsáveis financeiros, permitindo avaliar o nível de conscientização e disposição das empresas quanto à adoção da auditoria. Os resultados revelam que 52% das empresas não possuem qualquer estrutura de auditoria interna ou externa, 38% possui em termo de organigrama mas sem a sua aplicação concreta. Entre os principais factores que explicam essa realidade estão o desconhecimento sobre os benefícios da auditoria (40%), a falta de recursos humanos capacitados (50%) e os custos percebidos como elevados (10%). Apesar disso, 76% dos inqueridos demonstraram abertura para implementar auditoria no futuro, especialmente com o avanço da formação técnica local e a pressão por boas práticas de gestão. O estudo propõe ações formativas, incentivos institucionais e parcerias com universidades como caminhos para ampliar a presença da auditoria no tecido empresarial regional.

Palavras-chave: Auditoria; Empresa Regional; Fiabilidade; Uíge.

ABSTRACT

This article analyzes the absence of auditing in 21 companies in the province of Uíge, Angola, highlighting the challenges and possibilities of its implementation. In a context marked by growing demands for transparency and accountability in commercial management, auditing is an essential tool for guaranteeing the reliability of financial information, preventing fraud and strengthening internal control systems. Using a quantitative and qualitative approach, structured questionnaires were administered to managers and financial officers, enabling the level of awareness and willingness of companies to adopt auditing to be assessed. The results show that 52% of the companies have no internal or external audit structure, while 38% have an organizational chart, but do not apply it in practice. Among the main factors explaining this are lack of knowledge about the benefits of auditing (40%), lack of trained human resources (50%) and perceived high costs (10%). Despite this, 76% of respondents were open to implementing auditing in the future, especially with the advancement of local technical training and the pressure for good management practices. The study proposes training actions, institutional incentives and partnerships with universities as ways to increase the presence of auditing in the regional business fabric.

Keywords: Audit; Regional Company; Reliability; Uíge.

1. INTRODUÇÃO

A crescente complexidade das operações empresariais e a pressão por maior transparência e responsabilidade na gestão tem intensificado a importância da auditoria como ferramenta de suporte à tomada de decisão e ao fortalecimento da governança corporativa (BAYNTON; JOHNSON; KELL, 2002). Em economias emergentes, como a angolana, a implementação de práticas de auditoria nas organizações representa não apenas uma exigência regulatória, mas também um diferencial estratégico na busca por eficiência e sustentabilidade financeira (CREPALDI, 2010).

Contudo, na província do Uíge, nota-se uma reduzida implementação de práticas de auditoria no sector empresarial privado, o que levanta preocupações sobre a fiabilidade das informações financeiras divulgadas e o nível de controle interno efectivamente existente nas organizações. Assim, a questão que norteia esta pesquisa é: quais são os factores que explicam a ausência da prática de auditoria nas empresas locais e quais medidas podem ser propostas para fomentar a sua implementação?

A relevância deste estudo reside na sua capacidade de contribuir para o fortalecimento da gestão das empresas locais e na oferta de subsídios científicos para a formulação de políticas de formação e sensibilização empresarial.

O objectivo geral deste artigo é analisar a ausência da prática de auditoria em 21 empresas locais, identificando os factores limitantes e as perspetivas para sua adoção. Como objectivos específicos, o estudo ambiciona: verificar o nível de conhecimento dos gestores sobre a auditoria; identificar os principais obstáculos técnicos, humanos e financeiros; medir o grau de interesse das empresas na implementação futura; propor recomendações práticas para viabilizar a adoção da auditoria.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste tópico, vamos destacar os aspetos conceituais sobre a auditoria, a partir de sua origem e evolução em Angola.

2.1 Auditoria

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registos contabilísticos, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxação de imposto sobre lucros (imposto Industrial), baseado nos resultados apurados no balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento económico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas que têm na confirmação dos registos contabilísticos a proteção ao seu património.

A auditoria surgiu primeiramente na Inglaterra, que, como dominadora dos mares e controladora do comércio mundial, foi a primeira a possuir as grandes companhias de comércio e a primeira também a instituir a taxação do imposto Industrial. Além disso, já praticava na Inglaterra a auditoria das contas públicas, desde 1314 (QUINDAI, 2014, P.38)¹.

2.1.1 Conceitos e objetivos

Existem vários conceitos relacionados à verdadeira definição do termo *auditoria*, mas todos compreendem as mesmas características mesmo que expressos de formas diferentes.

De acordo com Quindai (2014), a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registos, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controlo do património, objectivando mensurar a exatidão desses registos e das demonstrações contabilísticas deles decorrentes

2.1.2 Forma de Auditoria

De acordo com o mesmo autor (2014) A auditoria apresenta formas diversas, cada uma delas apresenta características peculiares. Assim poderão ser classificadas de maneira a seguir²:

1. De acordo com a extensão do trabalho

¹ QUINDAI, Manuel, op. Cit, 2014, p.38

² QUINDAI, Manuel, op. Cit, 2014, p.58

- a) Auditoria Geral (todas as demonstrações contabilísticas, em conjunto);
- b) Auditoria Parcial ou específica (de uma ou algumas demonstrações ou itens patrimoniais);
- c) Revisão limitada (Exames parciais, sem aplicação de todas as normas de auditoria).

2. De acordo com a profundidade dos exames

- a) Auditoria Integral (Revisão analítica de todos os registos contabilísticos)
- b) Auditoria por testes (Amostragem)
- c) Revisão analítica.

3. De acordo com a sua natureza

- a) Auditoria permanente
- b) Auditoria Eventual ou especial
- c) Auditoria de balanços com fim específico.

4. De acordo com a relação do auditor com a entidade auditada

Existem dois tipos de auditoria, as quais se diferenciam por conta da relação do auditor com a entidade auditada. De acordo com Franco e Marra (2001)³ a auditoria “pode ser realizada em caráter permanente ou eventual, segundo o contrato firmado com a empresa”, ou seja, os trabalhos poderão ser realizados de acordo com o interesse do auditor ou do cliente, os quais determinam as características do trabalho a realizar. Com relação à execução dos trabalhos de auditoria, eles são caracterizados como: externo e interno.

2.1.3-A criação de um departamento de auditoria interna

³FRANCO, Hilário. MARA, Ernesto. Op. cit, 2001, p.26

À medida que as organizações se vão tornando mais complexas, tanto em volume de operações como na sofisticação dos meios utilizados, vai aumentando a necessidade de criação de um departamento de auditoria interna, a fim de dotar a direção dos meios necessários para assegurar o cumprimento das normas por ela emitidas.

Se tivermos em conta que a rentabilidade de um serviço de auditoria interna não é imediato nem facilmente quantificável e que os serviços deste departamento permanecem vulneráveis durante os seus primeiros anos de existência, será necessário que, antes da sua implementação, seja efetuada uma pré-análise «psicológica» dentro da organização. A direção deve, levemente mas com firmeza, ir preparando o estado de espírito das diferentes áreas de responsabilidade para a aceitação deste serviço.

Quindai (2014) afirma que a vantagem da existência do departamento de auditoria interna, é pelo facto de exercer de forma permanente o controlo, prévio, concomitante e consequente, de todos os actos da administração. Este exercício da função deve se fazer com absoluta independência e ter a liberdade de acesso a qualquer departamento da empresa. O mesmo autor argumenta ainda que para que um departamento de auditoria seja eficiente, é preciso ter pessoal competente, equipe adequada a tratar com os problemas de verificação que enfrentam, bem como suficiente independência para realizar eficientemente sua função de revisão⁴.

➤ **Critério de Oportunidade para a criação de um departamento de auditoria interna**

Quindai afirma que a dimensão da organização, a complexidade e a transcendência económica dos resultados que se pretendem alcançar com serviço de auditoria interna são fatores básicos a ponderar para a viabilidade deste departamento. Entre as razões que leva a empresa a criar um departamento de auditoria interna, podemos citar:

A. Dispersão Geográfica

A dispersão dos locais de trabalho (delegações ...), dificulta a realização de um controlo efectivo, assim como da manutenção da qualidade de informação. Neste caso, a função da auditoria seria:

- Vigilância do cumprimento das ordens emitidas pela sede;
- Assessoria, mediante a presença física e periódica dos auditores internos nas delegações, para interpretação das instruções;

⁴ QUINDAI, Manuel, op. Cit, 2014, p.74

B. O aumento da complexidade organizacional

Em consequência do desenvolvimento da organização, os sistemas administrativos poderão complicar-se ao ponto de ser posto em causa a adequação e eficácia dos mesmos. Também o aumento dos níveis hierárquicos pode ser um problema. Quanto maior a distancia entre o topo e o nível mais baixo da execução, mais difícil será a tomada de decisões, correndo-se ainda o risco de:

- Deturpação das informações transmitidas à direção;
- Incompreensão das decisões da direção;

Nestes casos, é oportuno a implantação de um departamento de auditoria interna, visando analisar e promover melhorias nos circuitos e procedimentos internos e atenuar as consequências da complexidade organizacional.

C. A economia

O serviço de auditoria interna, como instrumento de sistema de controlo interno da entidade, deverá estar sujeito, antes da sua implantação, a uma análise de custo/benefício;

- Custo é representado pelo somatório anual das remunerações, encargos sociais e outros gastos com a equipa de auditoria interna;
- Os benefícios seriam calculados quantificando, o mais objectivamente possível, o somatório anual da redução do risco de perdas, acrescentando os possíveis benefícios da redução do custo da contratação dos serviços de auditores externos, por não realizarem trabalhos de verificação já efetuados pela equipa de auditoria interna. Além destes critérios existem outros de carácter subjectivo a considerar tais como o prestígio da organização.

De acordo com Almeida (2009)⁵, Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controlo interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias.

Portanto, nota-se que a auditoria e o controlo interno são duas peças essenciais que se completam. Uma empresa que tem controlo interno e não tem auditoria não terá a certeza de que o controlo interno está sendo executado conforme a empresa necessita ou planejou.

⁵ ALMEIDA, Marcelo Cavalcante, Auditoria, 6ª ed, São Paulo, Atlas, 2009, p.70

2.1.4-A auditoria em Angola

Em Angola, sendo um país que apresenta uma economia em crescimento, é cada vez mais necessário que as suas empresas apresentem boas práticas de gestão com vista a garantir a credibilidade das informações financeiras quer para investidores nacionais, como também para potenciais investidores internacionais.

A auditoria financeira surge assim como parte integrante das formas de transmitir tais credibilidades. Angola foi um país que viveu um longo período de guerra deixando o mesmo sem bases de dados. Assim, é impossível precisar uma data do surgimento da auditoria em Angola, acreditando que a mesma surgiu da necessidade que tinham os colonizadores em fiscalizar as actividades das empresas situadas na mesma colónia.

Deste modo, a história da auditoria em Angola vincula-se a Portugal. Como província portuguesa, Angola submetia-se às leis e regulamentos de Portugal, visto que a sua administração era de forma efectiva e o que fosse decidido em Portugal era consequentemente aplicado em Angola⁶.

Com a implementação da democracia e com o processo de expansão económica iniciado em 1991, várias foram as empresas públicas que foram privatizadas enquanto outras passaram a ter um capital misto, culminando com o Estado na figura de regulador de tais actividades económicas.

Nesta época Angola abria-se para o investimento estrangeiro, permitindo assim, que empresas de países distintos comesçassem a desenvolver as suas actividades em diferentes sectores tendo sido o de petróleo o mais atingido. Tal período foi de real importância para a certificação de contas.

Angola passava também por um período de crise, facto este que a levou a pedir a concessão de um empréstimo ficando endividada perante ao Banco Mundial e ao FMI. Este último foi em parte impulsionador da prática da auditoria externa a nível nacional, pois passou a exigir que as contas de empresas e entidades públicas fossem auditadas por especialistas de forma a garantir que os fundos disponibilizados estavam a ser devidamente empregues pelo estado angolano.

⁶ NETO, IV congresso dos TOC: uma nova atitude-contabilidade em Angola, apud BRAVO, Auditoria e Informação Financeira num contexto de Crescimento em Angola, p.41.

Assim sendo e fruto do acima referido, ainda no mesmo ano de 1991 as empresas como o Banco Nacional de Angola e a Sonangol passaram a ter as suas contas auditadas por empresas internacionais como a Price Waterhouse&Coopers e a Ernest &Young.

Inicialmente a auditoria era só uma exigência das grandes multinacionais ligadas ao sector petrolífero, passando mais tarde a abranger o sector financeiro fruto da regulamentação aprovada pelo BNA e o Estado por vias do Ministério das Finanças.

No sentido de dar resposta às várias solicitações advindas das holdings de empresas que tinham as suas actividades no país, várias foram as firmas de auditoria que fixaram-se em território angolano uma vez que com a abertura do investimento externo várias foram as empresas estrangeiras que passaram a ter filiais ou sucursais no país. Para um melhor controlo era necessário que tais empresas enviassem as suas informações para as suas empresas mães no sentido de se elaborar a contabilidade consolidada.

Hoje em dia podemos associar a prática da auditoria em Angola ao seu crescimento económico, ou seja, com a estabilidade económica que se tem verificado com o alcance da paz em 2002. Por conseguinte vários são os investidores nacionais e estrangeiros que necessitam de informação credível sobre as empresas angolanas atraídos pela possibilidade de negócio rentável que o país apresenta.

Mediante tal crescimento e devido a insuficiência de quadros nacionais, ainda é visível (de forma cada vez maior) o número firmas internacionais a operar no país como a PriceWaterhouse&Coopers (Angola), Lda; Ernest &Young Angola, Lda; KPMG, Auditores e consultores, SA e outras. É de salientar que o país ainda tem um défice no que concerne a legislação que aborda sobre a obrigação da prática de auditoria, mas podemos destacar as seguintes:

- Decreto n.º 38/00, de Outubro, Demonstrações Financeiras (DF's);
- Lei n.º 01/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais (LSC);
- Lei n.º 12/05, de Setembro, Lei dos Valores Mobiliários (LVM);
- Lei n.º 13/05, de Setembro, Lei das Instituições Financeiras (LIF);
- Despacho n.º 472/14, de 28 de Fevereiro, Grandes Contribuintes, etc.

Ainda em relação a prática da auditoria independente, com a abertura da bolsa de valores, ela funcionou como um dos instrumentos de controlo da mesma tendo como função a emissão de uma opinião acerca das demonstrações contabilísticas publicadas pelas empresas. Deste modo

a auditoria é obrigatória para as empresas que têm cotação na bolsa, e só os auditores previamente inscritos é que podem realizar tais auditorias. Além da auditoria externa, as empresas podem optar pela prática da auditoria interna, não sendo esta obrigatória para alguns ramos cujo objectivo é de adicionar valor e melhorar as operações da organização, com vista a eficácia de gestão de risco e de uma melhor governação corporativa. Assim a actividade do auditor é de real importância, pois as reservas expressas no seu relatório podem indicar irregularidades de forma que pode levar a exclusão de uma empresa da bolsa de valores ou ainda inviabilizar a realização de negócios com outras empresas. A prática da auditoria em Angola ainda está muito aquém do esperado, pois sendo Angola um país rotulado de “corrupto” a transparência ainda não é um dos seus pontos fortes. Com o nível de crescimento económico e com as exigências internacionais espera-se que num futuro breve, o país passe a fazer uso da prática da auditoria externa de livre vontade e de bom grado de forma a garantir a transparência das suas empresas e impulsionando o investimento externo nos sectores de actividades mais distintos.

2.2-Noções de Empresas

Seria impensável abordarmos o tema da auditoria sem fazemos uma referência ao mundo empresarial. Esta como o nome indica, está associada ao conceito da empresa e toda a problemática inerente a essa realidade.

Segundo Lousã (2009)⁷A empresa é um conjunto de actividades colectivas humanas organizadas que são dirigidas por um centro de decisão que tem de adoptar todos os meios disponíveis com objectivos pré-determinados, tendo em vista a venda de produto ou mercadorias ou ainda a prestação de serviços. Ainda pode ser definida como conjunto de entidades organizadas, com meios materiais e humanos, virados para a produção e distribuição de bens e serviços com o fim de satisfazer as necessidades de vária ordem, da comunidade onde se inserem e que constitui a razão da sua existência.

⁷LOUSÃ, Aires. Gestão empresarial e Pública 10ª. (SL), 2009, p.20

2.2.1-Classificação da empresa

Será aconselhada as classificações mais importantes só por ponto de vista pedagógico e empresarial, tendo sempre em conta a realidade Angolana.

Assim, a empresa pode ser classificada segundo vários critérios que são:

➤ **Critério jurídico**

Classifica as empresas de acordo com as suas responsabilidades civis e comerciais, bem como os seus direitos. Estas podem ser classificadas em **individuais** e **em sociedade** (em nome colectivo, por quotas, anónimas, em comandita simples e em comandita por acções).

➤ **Critério geográfico**

Permite-nos analisar não só a distribuição regional das empresas mas como ainda o peso do sector empresarial por distrito no conjunto do país.

Este critério depende de distribuição empresarial por região e em cada país. Em Angola, por exemplo, nota-se grande diferença empresarial entre norte e sul e interior e litoral e nas regiões agrícolas quase não existem empresas.

➤ **Critério dos sectores de actividade**

As empresas são classificadas de acordo com a natureza e origem dos produtos fabricados ou dos serviços prestados. Fazem parte do **sector primário**, as empresas dedicadas à agricultura, pesca, pecuária e silvicultura. Pertencem ao **sector secundário**, as empresas dedicadas às actividades transformadas, eletricidade, água e construção civil. Pertencem ao **sector terciário**, as empresas dedicadas ao comércio, aos transportes e aos restantes serviços.

➤ **Critério da propriedade dos meios de produção**

Permite-nos conhecer o detentor dos meios de trabalho e objectos de trabalho necessários ao funcionamento da empresa. De acordo com este critério podem considerar-se os seguintes tipos de empresas: empresas públicas, cooperativas, privadas e mistas.

➤ **Critério Económico**

Divide as empresas em comerciais e industriais, isto é distingue as que vendem aquilo que compra, das que vendem aquilo que transforma ou produzem.

2.3- Metodologia de pesquisa

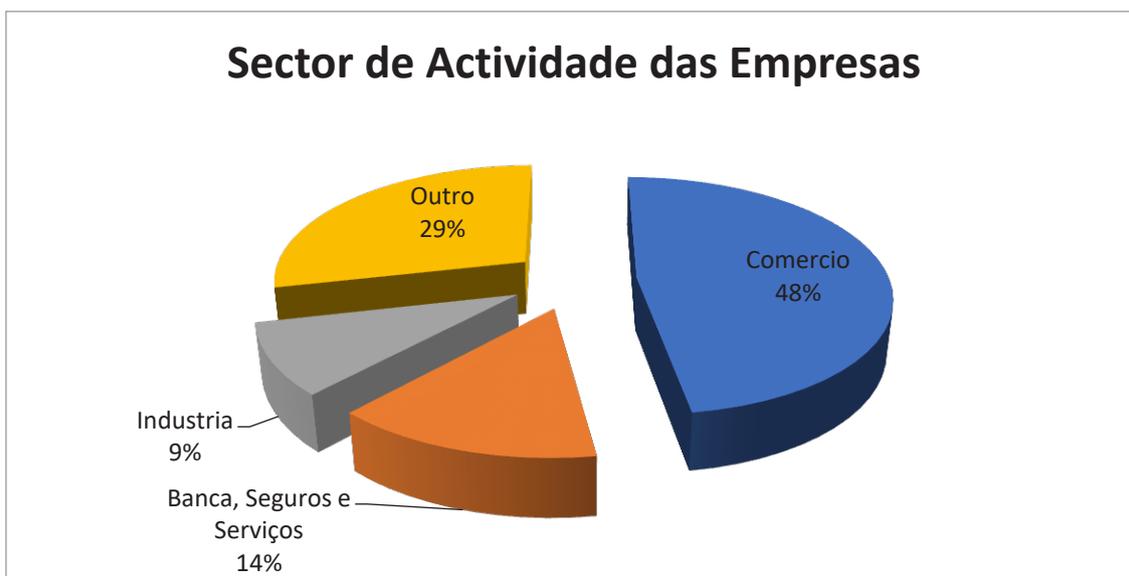
2.3.1- Introdução

Mediante a revisão bibliográfica verificou-se uma real importância da auditoria no seio das instituições, não só como uma peça aliada a eficácia dos controlos e credibilidade organizacionais, mas também como uma ferramenta indispensável a tomada de decisão com vista a obtenção dos objectivos a que a instituição se propõe. Assim, e com base no acima exposto surge o presente ítem com a finalidade de apresentar a metodologia aplicada para obter os resultados através do questionário, lembrando que o mesmo é uma técnica de recolha que nos permite quantificar os dados bem como à partir do número de inqueridos satisfazer a sua exigência de representatividade. Ainda em relação ao questionário, o mesmo destinou-se as instituições da província do Uíge, no município do Uíge e Maquela do Zombo particularmente nos seus mais variados setores de forma a perceber a perspectiva de implementação à prática da auditoria nas empresas. Salientando aqui que a escolha pelo município do Uíge e de Maquela do Zombo não foi só por esta serem grandes municípios, mas também por serem os principais centros financeiros, comerciais e económicos da província e por nelas termos algumas facilidades de recolha de informações.

2.3.2- Caracterização da Amostra

O presente estudo teve como base uma população composta por 28 empresas, por ramo de atividade, a atuarem na Província do Uige, entre o ano de 2015 a 2018. Das 28 empresas que compõem a população, 21 responderam ao inquérito, que corresponde a 75% da população, pelo que, essas constituíram a base da nossa amostra e 25% não responderam. Assim a nossa pesquisa contou com a participação de 21 instituições de sectores variados, sendo que o mais referenciado foi o ‘comércio, correspondendo a cerca de 48% dos inqueridos. Ainda em relação ao sector de actividade se destacaram os sectores como ‘outro’ com 29%, salientando que fazem parte deste ramo empresas ligadas a prestação de serviços, seguido do sector de Banca, Seguros e Serviços (14%), assim como de forma um pouco menor a empresa do ramo de indústria com 9%.

Figura nº1: Sector das actividades das Empresas Inqueridas



Fonte: Feito A partir do Questionário aplicado pelo autor às empresas

2.3.3 Recolha de dados

O processo de recolha de dados é uma etapa crucial no planeamento da pesquisa de um estudo de caso. Trata-se de um procedimento lógico da investigação empírica que deve eleger as técnicas de recolha e análise da informação mais adequadas, consoante a natureza do problema, as variáveis em estudo e/ou os objetivos pretendidos. Tal como explica Fortin et al.

(2000)⁸“Cabe ao investigador determinar o tipo de instrumento de medida que melhor convém ao objetivo do estudo, às questões de investigação ou às hipóteses formuladas”.

Na opinião de Almeida e Pinto (1990)⁹, As técnicas de investigação “são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa” nomeadamente: inquérito por questionário fechado e uma pergunta aberta, Tomando em consideração as técnicas de recolha de informação disponíveis, optou-se pelo questionário para proceder à recolha dos dados, por entendermos que era a técnica que melhor se adequava às especificidades do presente trabalho. O uso do questionário apresenta inúmeras vantagens, tais como a garantia do anonimato das respostas, recolha de informação sobre um grande número de indivíduos, a comparação precisa entre as respostas dos inquiridos, a generalização dos resultados da amostra à totalidade da população. Concluída a etapa conceptual deste estudo, prosseguimos então para a elaboração dos inquéritos, via questionário, com o intuito de recolher informação para dar resposta à questão base deste trabalho. Pretendeu-se que os questionários fossem sucintos, de modo a que o seu preenchimento não tomasse muito tempo aos inquiridos. Importa, também, referir que os questionários são anónimos e que as suas respostas são estritamente confidenciais, pelo que não foi solicitada a identificação pessoal, evitando, assim, qualquer inibição que pudesse vir a ocorrer.

Importa ainda referir que os inquéritos foram dirigidos aos gestores das várias empresas que constituem o universo do estudo do presente trabalho, na medida em que são aqueles que, no seio da organização, têm uma visão globalizada da mesma, encontrando-se, por esse motivo, numa posição privilegiada para aferir a perspectiva de implementação à prática de auditoria nas mais diversas áreas da entidade empresarial. Após a recolha dos dados, a fase seguinte consiste na análise e interpretação da informação, então, obtida. De acordo com Gil (1999)¹⁰ “a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas (...)”.

⁸FORTIN, Marie-Fabienne, Op. cit, 2000, p.240

⁹Almeida, J. & Pinto, J. *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editora Presença, 1990, p.78.

¹⁰Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª Edição). São Paulo: Editora Atlas, 1999.

2.3.3.1 Construção do questionário

O questionário foi desenvolvido com o objetivo de perceber a implementação das práticas de auditoria nas organizações Uigenses. O questionário encontra-se dividido em três (3) grupos.

Os três (3) grupos são os seguintes:

- **Parte I** – Caracterização geral do inquerido: onde se inserem as questões 1 a 4 que nos permitem caracterizar as empresas, saber o nível de escolaridade, tempo de serviço na empresa, a função ocupada bem como a hierarquia da empresa.
- **Parte II**: Importância da informação credível para as empresas onde se inserem as perguntas 6 a 8.
- **Parte III**– Compreensão de auditoria e perceber a implementação das suas práticas: onde estão inseridas as questões 15 a 25. Nesta parte procuramos recolher informações sobre a existência de prática de Auditoria nas empresas, bem como estudar a importância que as empresas Uigenses têm dado a essas práticas de forma a perceber a sua implementação.

2.3.3.2 Confiabilidade do questionário

Segundo Almeida e Santos (2010), para a criação de um questionário deve-se levar em consideração a validade e a confiabilidade. A validade é quando realmente é capaz de medir o que se deseja, já a confiabilidade seria o resultado que foi medido reflete um resultado verdadeiro¹¹.

Assim para a garantia da confiabilidade do questionário pode-se aplicar um dos diversos procedimentos estatísticos, o coeficiente de Alfa Cronbach.

O coeficiente alfa foi descrito em 1951 por Lee J. Cronbach. É um índice utilizado para medir a confiabilidade do tipo consistência interna de uma escala, ou seja, para avaliar a magnitude em que os itens de um instrumento estão correlacionados. Em outras palavras, o alfa de Cronbach é a média das correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento. Também se pode conceituar este coeficiente como a medida pela qual algum constructo, conceito ou

¹¹ ALMEIDA, D.; SANTOS, M.A.R. Aplicação de coeficiente Alfa de Cronbach nos resultados de um questionário para avaliação do desempenho de saúde pública; ENEGEP (Encontro Nacional de Engenheiro de Produção), S/L, 2010, p.47

factor medido está presente em cada item. Geralmente um grupo de itens que explora um factor comum mostra um elevado valor de alfa de Cronbach. O coeficiente de Alfa Cronbach é calculado a partir da variância dos itens individuais e das covariâncias dos itens entre os itens através da equação seguinte:

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right)$$

Onde S_i^2 é a variância do item i e S_t^2 é a variância total do questionário e K é o número de itens no questionário.

2.3.3.3 Interpretação do Alfa Cronbach

O coeficiente alfa de Cronbach é uma propriedade inerente do padrão de resposta da população estudada, não uma característica da escala por si só; ou seja, o valor de alfa sofre mudanças segundo a população na qual se aplica a escala. O valor mínimo aceitável para o alfa é 0,70; abaixo desse valor a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa. Em contrapartida, o valor máximo esperado é 0,90; acima deste valor, pode-se considerar que há redundância ou duplicação, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um constructo; portanto, os itens redundantes devem ser eliminados. Usualmente, são preferidos valores de alfa entre 0,80 e 0,90.

Relativamente ao tratamento e análise dos dados, foi utilizado o programa *Microsoft Excel 2010* no que concerne à análise da confiabilidade e da estatística descritiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

São apresentados os resultados e análises feitas através do Microsoft Excel sobre a pesquisa.

3.1 Análise de Confiabilidade do questionário com Alfa Cronbach

Para avaliar os resultados como confiáveis, dando assim uma maior garantia da veracidade do estudo, aplicou-se Alfa Cronbach calculado através do Microsoft Excel por meio da equação acima apresentada. De seguida, apresentamos os resultados obtidos nesta análise:

Tabela nº1: Confiabilidade do questionário

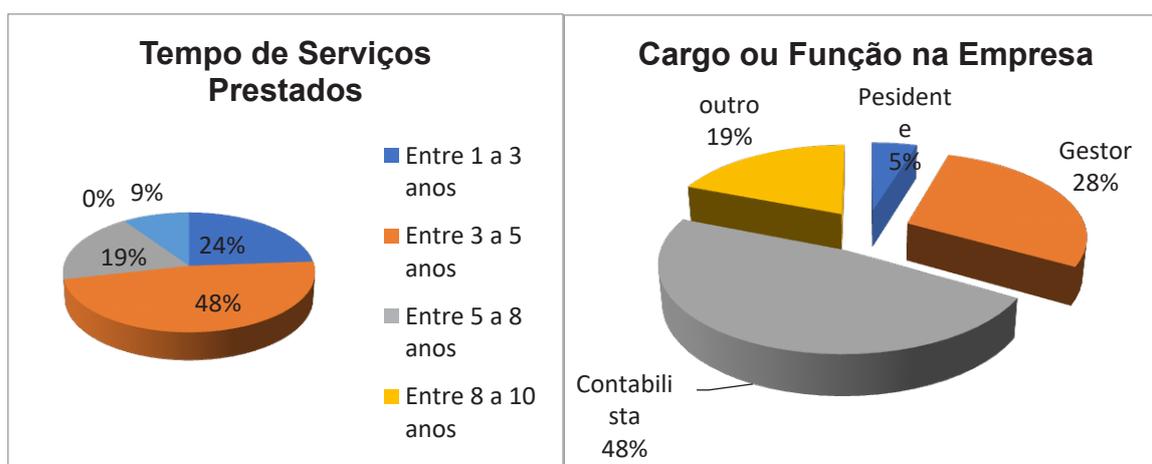
Media	Variância	Desvio Padrão	Alfa Cronbach
23,66667	7,555556	2,74874	0,87229

Fonte: Autor

A tabela nº1 mostra o valor de média, variância, desvio padrão e o alfa considerando todas as perguntas ao mesmo tempo, onde o valor total é de 0,87 ou seja o questionário dê a confiabilidade de 87%. Isto quer dizer o nosso questionário apresenta uma consistência interna de 0,87.

Quanto ao tempo de serviço, Constatamos que 48% dos inquiridores apresentam um tempo de Serviço entre 3 a 5 anos, o que nos mostra a qualidade das respostas por parte de inqueridos que conhecem muito bem a organização, ainda temos uma percentagem de 24% dos respondentes que já estão na empresa há mais de 1 ano e 19% entre 5 a 8 anos e por fim temos 9% de respondentes dizendo que já estão a mais de 10 anos na empresa. Isso demonstra que os inqueridos conhecem bem as suas respectivas instituições. E nos que responderam ao questionário, a população predominada com 48% são Contabilistas, em seguida aparece os gestores (28%), outro (19%) salientando que nessa função temos o chefe de Recursos Humanos, Assistente Administrativas e Tesoureiro e por fim o presidente com 5% como apresenta as figuras a seguir:

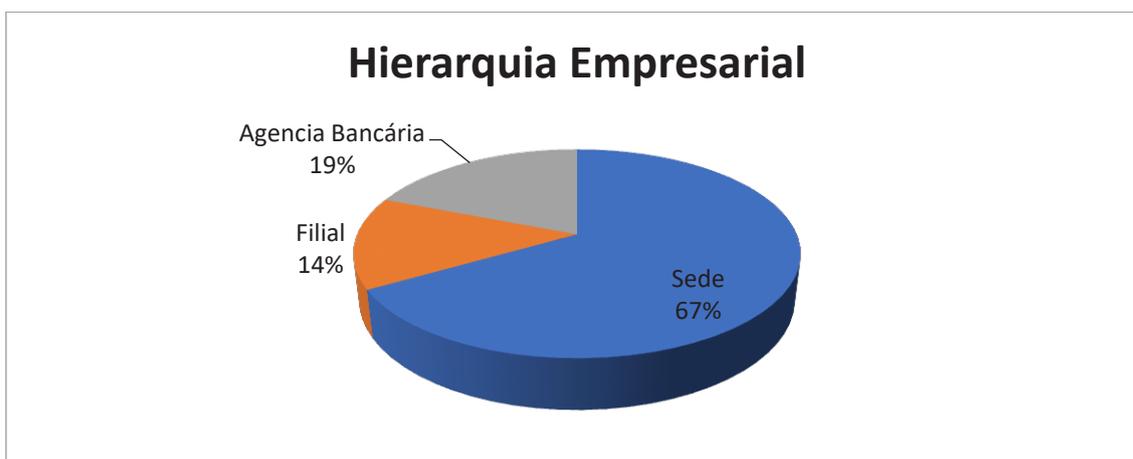
Figura nº2: Tempo Serviço Prestado e o cargo assumido na empresa



Fonte: Feito A partir do Questionário aplicado pelo autor às empresas

Figura nº3: A Hierarquia em que a Instituição se encontra

A figura nº4 nos ajuda a compreender a hierarquia empresarial em que a instituição pesquisada se encontra onde notamos que nas 21 instituições pesquisadas, 14 empresas tem a sua sede no Uíge correspondente a 67%, 4 agências bancárias (19%) e por fim 3 empresas correspondentes a filial (14%).

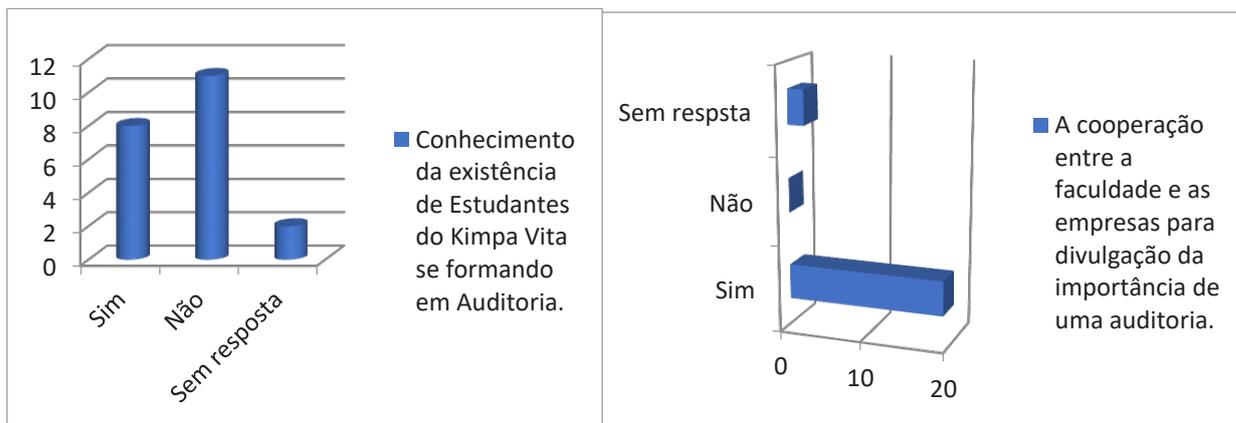


Fonte: Feito A partir do Questionário aplicado pelo autor às empresas

1- O conhecimento sobre os estudantes que estão ser formado em auditoria e a cooperação com a faculdade para divulgar esta ciência

Como se trata de uma ciência pouco ainda aplicado no nosso país e em especial na nossa Província, procurou-se saber se os inqueridos conheciam a existência dessa especialidade onde tivemos os seguintes resultados 52% dos inqueridos ou seja onze (11) empresas pesquisadas não tem nenhum conhecimento que na Faculdade de economia, existe estudante que estão ser formados em auditoria, 38% correspondente a oito (8) empresas sabem dessa especialidade e 10% ficaram sem resposta a questão. Quanto a pergunta feita de saber junto as instituições a sua opinião sobre a relação ou cooperação que deve existir entre essas instituições, isto é, a faculdade e as entidades empresariais, obtivemos as seguintes respostas 90% das empresas pesquisadas responderam sim na existência de uma relação entre as duas instituições, e 10% ficaram sem opinião como nos apresenta a figura abaixo:

Figura N°4: conhecimento sobre os estudantes que estão ser formado em auditoria e a cooperação com a faculdade para divulgar esta ciência

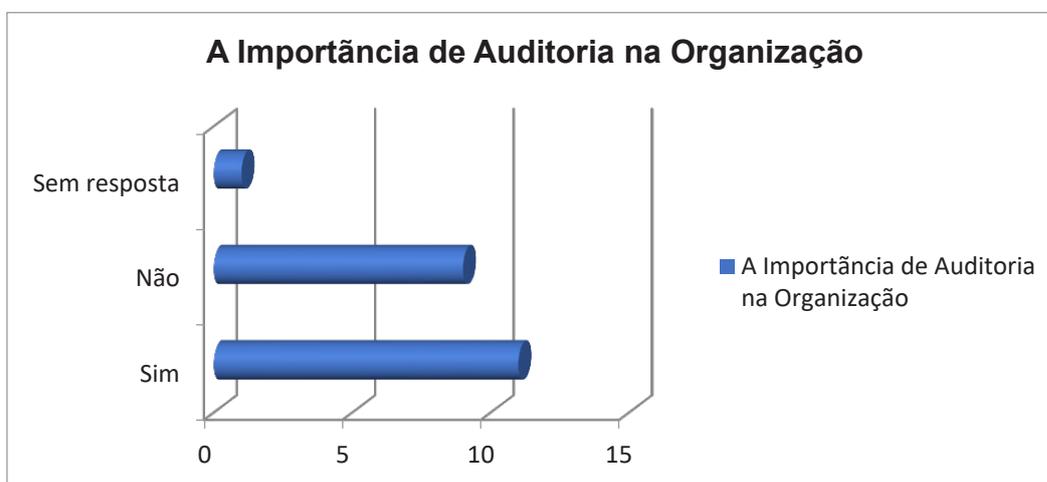


Fonte: idem

2- A Importância de Auditoria na organização

Com esta questão procuramos saber junto as empresas inqueridas se realmente conhece a importância de uma auditoria dentro de uma organização onde tivemos os 52% dos inqueridos a responder positivamente em relação a questão e 43% responderam negativamente sobre o assunto, sendo que 5% sem resposta.

Figura nº5: A Importância de Auditoria na organização



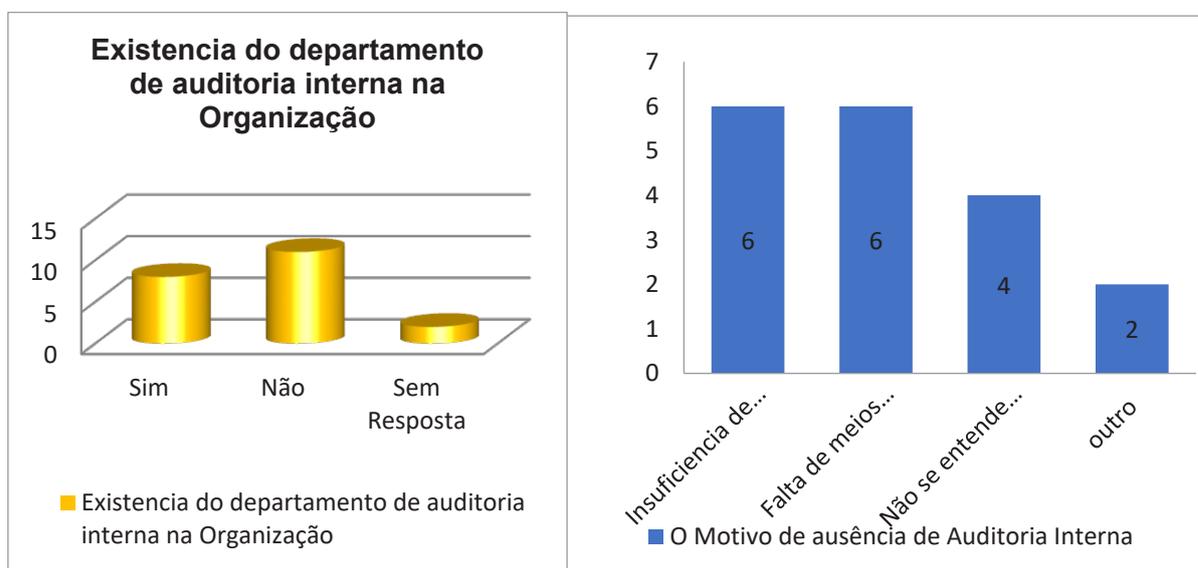
Fonte: Idem

3- Existência do departamento de Auditoria Interna (AI) e motivo da sua ausência na Empresa

Procuramos saber ao longo do inquérito, quais são as organizações que possui o departamento de auditoria interna por onde os resultados foram 52% dos inqueridos não possui o serviço de auditoria, 38% possui o mesmo serviço e 10% sem resposta.

Quanto a razão ou motivo da ausência de auditoria interna nas empresas inqueridas e que afirmaram não ter a auditoria interna, 50% das empresas ou seja seis (6) empresas afirmam o principal motivo ser a insuficiência de meios técnicos e falta de meios humanos com adequada formação, ao passo que 40% não considera necessário e 10% afirma que existe outro motivo como observamos na figura abaixo:

Figura nº6: Existência do departamento de Auditoria Interna (AI) e motivo da sua ausência na Empresa



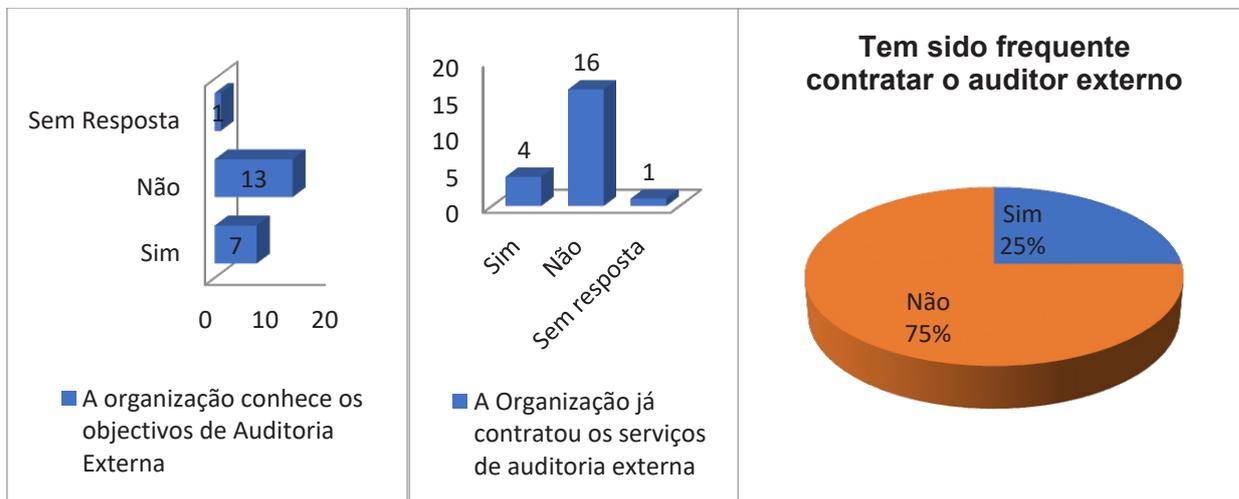
Fonte: idem

4- A empresa conhece os objectivos da auditoria externa e já o contrataram?

Objectivamos compreender se as organizações em estudo conhecem os objectivos do trabalho de uma auditoria externa no qual tivemos as seguintes resultados 62% não conhecem os objectivos de uma auditoria externa e 33% dos inqueridos conhecem, de lembrar ficamos com 5% sem resposta, ao passo que as instituições que alguma vez contrataram um auditor externo por onde temos 16 empresas correspondente a 76% afirmam nunca ter contratado um auditor externo e 4 empresas correspondente a 19% já contrataram. Nas 4 empresas que já procuraram os serviços de auditoria externa, Procurou-se saber se contratam frequentemente um auditor externo e como podemos observar na figura nº14, nas quatro (4) empresas que já contrataram

um auditor externo, só uma faz isso com frequência correspondendo a 25% e os restantes 75% não.

Figura nº7: A empresa conhece os objectivos da auditoria externa e já o contrataram?

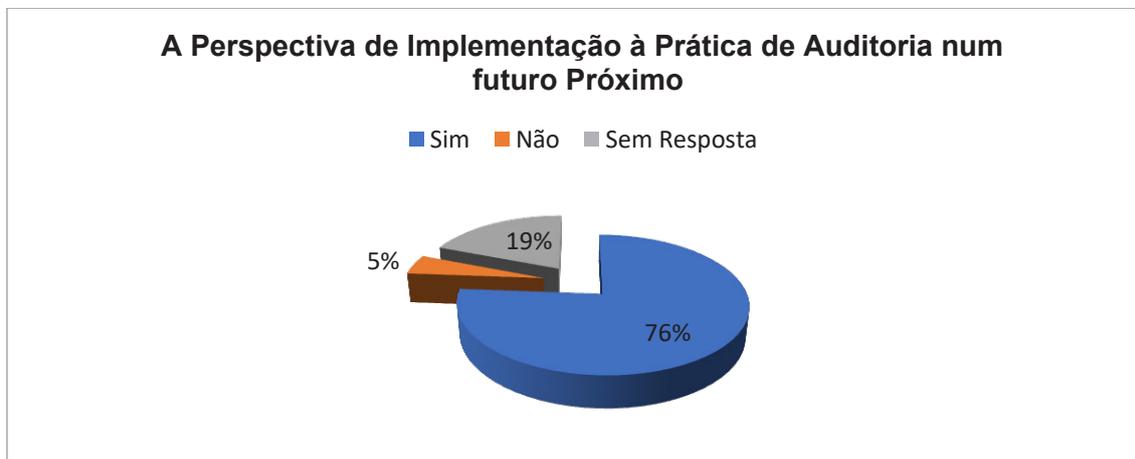


Fonte: Idem

5- A Perspectiva de Implementação à Prática de Auditoria

Com esta questão procurou-se saber as organizações já pensaram em implementar-se às práticas de auditoria num futuro próximo onde os resultados obtidos foram os seguintes 76% dos inqueridos depois de uma sucinta explanação daquilo que é a auditoria, acreditam implementarão a prática de auditoria, ao passo que uma empresa respondeu não, sem esquecer os que ficaram sem resposta uma por já ter frequentemente essas práticas e outras por depender da sede.

Figura nº8: A Perspectiva de Implementação à Prática de Auditoria



Fonte: Idem

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo económico actual, onde a globalização da economia é mais que uma realidade, a aplicação simplesmente de procedimentos técnicos, já não se revelam suficientes para a sobrevivência de qualquer organização, requerendo assim, a adoção de um controlo e monitorização permanente, onde uma auditoria moderna e voltada para todos os aspectos da gestão tem uma função sublime e de grande importância.

Pretendeu-se, com o desenvolvimento deste estudo, demonstrar essa função de sublimidade, da auditoria mas principalmente Perspectivar a implementação às suas práticas na Província do Uíge, tendo adotado para tal uma metodologia suportada por um estudo quantitativo.

De realçar que a pesquisa bibliográfica realizada, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, não apenas no sentido de, garantir as condições para que fosse possível, alcançar o primeiro objectivo específico proposto, Consciencializar as organizações Uígenses da importância de implementação à prática a auditoria, mas acima tudo, pela assimilação das opiniões dos diferentes autores consultados e pelos conceitos absorvidos, que permitiram compreender gradualmente os procedimentos mais adequados, para a condução das pesquisas, principalmente para a elaboração e estruturação do questionário.

A consistência interna das respostas obtidas por meio da aplicação de um questionário nas empresas da Província do Uíge revelou que tal instrumento de medição apresentou alta confiabilidade no espaço onde foi aplicado.

O valor de alfa de Cronbach para todas as perguntas em conjunto foi de 0,88, atendendo a preferência estabelecida por Streiner (2003), que sugere que os valores do coeficiente estejam entre 0,80 e 0,90. Assim, verificando-se a confiabilidade dos resultados obtidos, é possível dar maior relevância e robustez à pesquisa feita nas empresas locais.

Ao longo da nossa investigação, sentimo-nos como se tivéssemos investigar um tema do outro mundo mas a nossa pesquisa demonstrou uma articulação onde começamos por solicitar se os empresários tinha noção do curso de auditoria na universidade local. A ignorância da existência de estudantes que se formam em auditoria para alguns dificulta a vontade de procurar os serviços de auditoria e por outros a falta de cooperação entre as empresas e a faculdade é mais um ponto que tem impedido a expansão desta ciência a nível provincial e automaticamente

pouco praticado pelas empresas pois muitos já ouviram falar de auditoria mas pouco conhece da sua verdadeira importância. Os inqueridos ainda afirmam que os factores explicativos de ausência de auditoria são os seguintes: primeiramente 40% dizem que não existe auditoria nas suas instituições porque «não se entendem como necessário» e outros 50% afirmam que isso se deve a «falta de meio técnicos e de recursos humanos com adequada formação».

Conclui-se então que a Província do Uíge ainda está longe de se aplicar a prática de auditoria porque para alguns hoje, limita o trabalho de auditoria em um trabalho de fiscalização e não o considera como necessário embora que haja 90% das empresas gostariam um dia implementar essas práticas para saber realmente os seus benefícios na instituição.

A auditoria sendo uma especialização de contabilidade, vem para poder colmatar as falhas que a contabilidade não consegue notar pois sendo a função de contabilidade registar factos patrimoniais, é preciso que haja uma área independente para poder garantir a credibilidade dos factos apresentados e esta área é chamada auditoria.

➤ SUGESTÕES

De acordo com as informações recolhidas através do questionário, podemos compreender que as instituições em estudo leva muito a sério as informações financeiras, contudo constatamos que as empresas não fazem o suficiente para garantir que as informações proporcionadas sejam fiáveis e sérias.

É preciso que a implementação à prática de auditoria seja acompanhada de uma análise municiosa de custo/benefício para que não seja simplesmente mais um custo para a instituição e somente a partir desta avaliação que pode se decidir se é benéfico a contratação ou criação do departamento de auditoria.

Como sugestão deste estudo onde conseguimos compreender o verdadeiro elemento explicativo da ausência de auditoria nas empresas da província do Uíge é a falta de meios técnicos e humanos para alguns e não considerar necessário para os outros, sugerimos a nossa instituição que é a faculdade de Economia a organizar palestras, conferencias de modo a divulgar cada vez mais a importância desta ciência e essas palestras deve ser acompanhado com convites para alguns empresários de forma a compreender a importância e o benefício que estas práticas podem trazer a empresa pois muitos ainda até hoje tem a ideia de que a auditoria tem como

função a fiscalização ou procurar fraudes ou erros. A parceria entre as instituições de ensino e empresas podem ajudar a incentivar a sua implementação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico** – 10ª edição, São Paulo: Editora Atlas S.A – 2010.
- ALMEIDA, Baptista. J.; **Manual de Auditoria Financeira**, 3ª edição Editora Escolar, São Paulo, 2014.
- Almeida, J. & Pinto, J. **A Investigação nas Ciências Sociais**. Lisboa: Editora Presença, 1990.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcante, **Auditoria**, 6ª ed, São Paulo, Atlas, 2009.
- ALMEIDA, R, Miranda, S; NOGUEIRA, A, Aleixo, R. NUNES, R. **Plano Geral de Contabilidade Angolano: Explicado**, ATF-Edições Técnicas, S/L, 2014.
- ALMEIDA, D.; SANTOS, M.A.R. **Aplicação de coeficiente Alfa de cronbach nos resultados de um questionário para avaliação do desempenho de saúde pública;**
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico** – 10ª edição, São Paulo: Editora Atlas S.A – 2010.
- ATTIE, Willian, **Auditoria: Conceito e aplicação**, 4ª ed, São Paulo, Atlas, 2000.
- BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N; KELL, W.G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.
- CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CREPALDI, Sílvio Aparecido, **Auditoria Contábil: teoria e Prática**, São Paulo, Atlas, 2002.
- FORTIN, Marie-Fabienne, **O processo de Investigação: da concepção à realização**, 2ª Edição, Loures: Lusociência, 1999.
- FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria procedimentos e papéis de trabalho programas de auditoria relatórios de auditoria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 5ª Edição, São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- JUND, Sérgio. **Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos**. Rio de Janeiro: Consulex, 2001.
- LOUSÃ, Aires. **Gestão empresarial e Pública** 10ª. (SL), 2009.

MINISTERIO DA JUSTIÇA, TRIBUNAL DE CONTAS, **Manual de Procedimentos de Auditoria Financeira**, Clil casa das ideias, 2011.

MARQUES, Madeira. **Auditoria e Gestão**, Lisboa, Editorial Presença, 1997

MORAIS, Georgina e MARTINS, Isabel. **Auditoria Interna: Função e Processo**, 2ª ed. Lisboa: Áreas Editora, 2003.

NETO, IV congresso dos TOC: **uma nova atitude-contabilidade em Angola**, apud BRAVO, **Auditoria e Informação Financeira num contexto de Crescimento em Angola**.

QUINDAI, Manuel, **Normas e Técnicas de Auditoria**, 1ª ed, Luanda, Ed. Gráfica grafel, 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de auditoria**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

STREINER, D.L. **Starting at the beginning: Na introduction to coeficiente alpha and internal consistency**. Journal of Personality Assessment, 2003.